

A PESCA ARTESANAL NO CONTEXTO PORTUGUÊS: O CONHECIMENTO LOCAL NA SOLUÇÃO DE CONFLITOS¹

Cibele Dias da Silveira²

Resumo: Este artigo trata de um estudo realizado na Vila de pesca de Sesimbra, próxima à capital de Portugal, Lisboa. A pesquisa teve como objetivo explorar a realidade pesqueira artesanal da região, propondo a participação dos pescadores nas discussões das políticas de pesca, bem como a intervenção desses atores através de seu conhecimento ecológico local. Tal pesquisa desvelou o conflito vivenciado pela comunidade pesqueira ante a criação do Parque Marinho Luiz Saldanha, e a perspectiva dos pescadores frente às atuais políticas de pesca instauradas.

Palavras-chave: Políticas públicas; pesca artesanal; unidades de conservação.

Abstract: This study was conducted in the Vila of Sesimbra, a fishing village near Lisbon, Portugal. It aimed to investigate the reality of the artisanal fishing in the region, to suggest the participation of fishermen in discussions related to fishing policy, as well as to involve such actors through their local ecological knowledge. This research has unveiled the conflict experienced by the fishermen traditional community the creation of the Marine Park Luiz Saldanha, and the fishermen's perspective of and the prospect of facing the current fishing policies.

Keywords: Public policies; craft fishing; conservation areas.

Introdução

As comunidades de pescadores artesanais, assim como outras comunidades tradicionais, reconhecem sua atividade

¹ Este artigo foi escrito a partir de uma pesquisa realizada para a dissertação de mestrado intitulada "A terra e mar: um estudo sobre as políticas e atividade de pesca artesanal em Sesimbra sob uma perspectiva social", defendida em 2009, na Universidade Nova de Lisboa (FCSH) – Portugal.

² Doutoranda do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC. Mestre em Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos – Universidade Nova de Lisboa/Portugal – UNL (FCSH). E-mail: Cibelesilveira@hotmail.com

profissional como parte de sua cultura e identidade. A sabedoria, que vem através da experiência, sobre a influência do clima, ritmo das marés, do vento e os ciclos naturais de reprodução das espécies é repassada de geração a geração.

Esta prática é um importante testemunho do envolvimento que existe entre o mar e o pescador. Por isso, no contexto de gestão pesqueira, é relevante evidenciar a prática de uma gestão que envolva os pescadores na sua implementação, seja para a criação de unidades de conservação, ou cotas de pesca, tendo em vista que todo esse conhecimento local tradicional pode colaborar na elaboração dessas políticas, sem ofender a cultura e identidade dessas comunidades.

Diante disso, ao realizar uma pesquisa no âmbito da pesca artesanal, é preciso reconhecer principalmente suas especificidades regionais e culturais. Entre elas o reconhecimento do ambiente natural, a essência do trabalho pesqueiro da região, bem como o conhecimento ecológico local (LEK – Local Ecological Knowledge).

Hoje, constata-se a insatisfatória realidade pesqueira em diversas comunidades locais. Variados mecanismos têm sido utilizados para tentar amenizar, principalmente, o problema da sobrepesca, e a pesca ilegal com, por exemplo, a criação de áreas protegidas que, na maioria das vezes, geram conflitos entre pescadores e os gestores das unidades de conservação.

Por outro lado, esses mecanismos muitas vezes não conseguem atingir seus objetivos, por não considerarem as especificidades que descrevo no início do texto. O pessimismo em relação à continuidade da prática pesqueira prevalece nessas comunidades. Desinteresse dos jovens pela atividade e falta de reconhecimento da profissão são as principais dificuldades relatadas

pelos pescadores. Visualizando esse quadro foi realizada a presente pesquisa na Vila de Sesimbra/Portugal.

Sesimbra é uma vila de pesca que comporta essencialmente a atividade artesanal. Desde a confecção dos apetrechos/artes de pesca, ao modo de vida das pessoas. Em grande parte da literatura sobre Sesimbra, é enaltecida a importância da pesca para a população local, o que motivou a escolha dessa região para a realização desse estudo.

Neste artigo apresento alguns aspectos importantes que promoveram o estudo na região: a criação de um parque marinho, a insatisfação dos pescadores, o pessimismo em face da possível dissolução da profissão pesqueira, e o pouco número de trabalhos científicos realizados, até então, em Sesimbra. Esta investigação foi realizada entre os anos de 2008 e 2009, dividindo-se em reconhecimento do terreno e posteriores entrevistas com os pescadores artesanais, associados na Associação de Pescadores e Armadores da Região Centro-Sul, que trabalham em embarcações medindo até 7 metros de comprimento.

O foco do trabalho direcionou-se no sentido da importância de escutar os pescadores da vila, e perceber qual o impacto das políticas de pesca em vigor no trabalho cotidiano desses pescadores. Técnica que vai de encontro com o pensamento de Hilborn, onde ele escreve que: “*Understanding the behaviour of fishermen is a key ingredient to successful fisheries Management*”³. (Hilborn, 2007 p. 285).

O objetivo foi traçar um panorama da pesca artesanal da região, a partir de entrevistas com pescadores para examinar o que entendem sobre as políticas de pesca implementadas, incluindo as políticas locais. Assim, foi possível identificar os desafios e

³ “Entender o comportamento do pescador é a chave para o sucesso na gestão das pescas”.

possibilidades de uma gestão comunitária local com o contributo do conhecimento desses pescadores.

Piscosa Sesimbra: caracterização geográfica, econômica e social da vila de pescadores.

Referida por Camões como a *piscosa*⁴, pela sua riqueza piscícola, Sesimbra se desenvolveu como uma vila de pescadores. A vila é considerada um dos principais portos de pesca de Portugal, principalmente pela economia, identidade e cultura baseadas na pesca. Segundo Godinho (apud Silva, 2001:31), por volta de 1274, Almada, Palmela, Sesimbra, Setúbal e Alcácer constituíam uma constelação de núcleos pesqueiros, com numerosas frotas.

O Concelho de Sesimbra localiza-se a sudoeste da Península de Setúbal. A vila fica a uma distância aproximada de 32 (trinta e dois) quilômetros da capital Lisboa. O concelho possui uma extensão de 194,98 quilômetros quadrados e integra três freguesias: Quinta do Conde, Castelo e Santiago.

A Freguesia de Santiago (São Thiago) foi escolhida como local para desenvolvimento do estudo, por ser conhecida como a Vila de pesca. A vila propriamente dita estende-se por 1,99 quilômetros quadrados. De acordo com o Censo de 2001, estima-se que nela residam cerca de 5.700 habitantes.

⁴ Em Os Lusíadas, Luís de Camões referia-se a Sesimbra como a piscosa: “Com estas foy subjugada Palmela, & a Piscosa Cezimbra”. (Camões, Canto Oitavo, 65)



Figura 3 - Localização de Sesimbra

Fonte: Site Câmara Municipal de Sesimbra. www.cm-sesimbra.org.pt. Acedido em 25/07/2008.

Santiago foi criada em 1536, através da carta de Foral de D. Manuel I. A sua criação teve como objetivo primordial o desenvolvimento da área ribeirinha, que estaria em conexão com a expansão ultramarina da época. Ali, foi fixado o Porto de Pesca, a partir do qual era gerida a pesca costeira e local, também denominadas como pesca artesanal. Com o desenvolvimento da pequena urbe, a área do porto pesqueiro foi sendo absorvida e atualmente integra a área urbana da vila.

O desenvolvimento da pesca artesanal na região deu-se de forma contínua. Atualmente, as embarcações de pequeno porte são em número muito superior, representando cerca de 51% do total da frota no ano de 2006 (GAPR, 2007). Por essa razão, são responsáveis pela manutenção de grande parte dos postos de trabalho do setor.

Nessa região, onde a prática pesqueira é realizada artesanalmente, apresenta aspectos que merecem destaque. Sesimbra é regida pela Política Comum de Pesca da União Europeia,

que prevê o desenvolvimento sustentável na pesca, com a redução do esforço pesqueiro, valorização do produto, modernização das frotas, entre outros (LIVRO VERDE VOL. I, 2001). Entretanto, Portugal ainda tem uma base de economia na pesca artesanal debruçado na tradição, com artes pesqueiras próprias dessa atividade (SOUTO, 1991), o que exige um trabalho mais intenso e local, sem perder-se em generalizações, ou seja, não se adapta à uniformização das frotas de pesca impostas pela União Européia.

Diante desse quadro, percebe-se a importância de dar atenção às peculiaridades de cada política de pesca que é implementada. As adaptações pesqueiras determinadas por essas políticas, nem sempre são aceitas, haja vista seu histórico cultural, onde existe, por exemplo, uma tradição no uso de uma determinada frota pesqueira, ou uma forma específica de captura de determinada espécie.

Políticas locais de pesca: O caso do Parque Marinho Luiz Saldanha

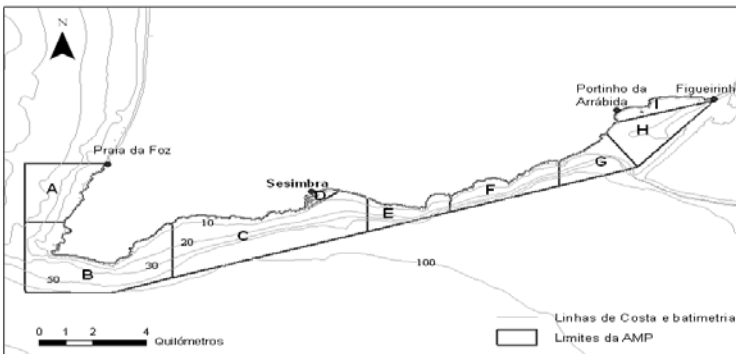
A pesca artesanal é uma atividade que apresenta vulnerabilidade. A sobrepesca industrial, poluição, alterações climáticas, entre outros fatores influenciam na diminuição no número de algumas espécies, enquanto outras aumentam, ocorrendo um desequilíbrio do meio natural, o que prejudica a prática pesqueira. Com a inviabilização da proibição de qualquer tipo de pesca, por motivos que aqui já expomos, a alternativa é a criação de zonas de preservação ambiental.

Em Portugal, o Parque Marinho Luiz Saldanha, orientado pelo Decreto Regulamentar. N.º 23/98, de 14 de Outubro, é parte integrante do Parque Nacional da Arrábida (Decreto-Lei nº 622/76 de 28 de Junho. O Plano de Ordenamento do Parque da Arrábida –

POPNA - (Resolução do Conselho de ministros nº 141/2005 de 23 de Agosto) regula as atividades que podem ser desenvolvidas nas diferentes zonas do parque, incluindo a área marinha.

O parque abrange cerca de 1000 espécies, entre animais e plantas marinhas, muito delas em risco de extinção. Com o intuito de limitar os efeitos contínuos nessas áreas protegidas, promove a manutenção dos valores naturais da região. Dessa maneira, após as espécies acolhidas e protegidas atingirem um determinado estágio que seu nível reprodutivo não esteja comprometido, essas espécies são liberadas novamente para a pesca.

Gerido pelo Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB), o parque marinho possui cerca de 5.300 hectares de área, que se estendem ao longo de 38 quilômetros de costa rochosa, localizado entre a praia da Figueirinha, na saída do estuário do Sado, e a praia da Foz a norte do Cabo Espichel. O limite da área marinha atinge uma distância de cerca de 2 milhas da costa, frente a esta praia. A área protegida é formada por 8 sub-áreas sujeitas a 3 tipos níveis de proteção: total, parcial e complementar:



Localização da área marinha do Parque Natural da Arrábida. Classificação das sub-áreas de proteção: A, C e H – Zonas de proteção complementar (um total de 28 km² - 50% da área do parque - onde as embarcações poderão operar segundo a lei geral); B, E, G e I – Zonas de proteção parcial (com um total de 21 km² - 40% do parque - onde irá haver restrições à pesca com

armadilhas e linhas, que se devem afastar 200 metros da costa, e as redes serão interditas); D – Zona do porto de Sesimbra; F – Zona de proteção total (atinge 4 km - 10% da área do Parque - onde não virá a ser permitida qualquer pesca; Fonte: CABRAL, H., et al, 2008

As áreas de proteção *total e parcial* visam à conservação da biodiversidade e a valorização dos recursos naturais e paisagísticos, enquanto as áreas de proteção *complementar* visam à compatibilização da conservação dos valores naturais com a intervenção humana (ICN - Avaliação da proposta de Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida, 2004).

As restritivas impostas pelo POPNA - Plano de Ordenamento do Parque da Arrábida - aplicadas de forma alternada entre 2006 e 2009 (introduzindo-se novas regras no dia 23 de Agosto de cada ano), têm o seguinte formato para a permissão de navegação da frota nas proximidades do parque (artigo 46º, nº 1, al. a):

- É exclusivamente constituída por embarcações com comprimento fora a fora não superior a sete metros, correspondendo àquelas que muito dificilmente poderiam ir além dos limites do Parque Marinho. As embarcações de pesca local devem estar registradas na Delegação Marítima de Sesimbra, licenciadas no ano 2004 para o exercício da pesca e com atividade comprovada nos últimos doze meses. (POPNA, 2004).

- No primeiro ano de aplicação do plano do PMLS, as frotas que atingiam até sete metros de comprimento não sofreram quaisquer alterações decorrentes do zoneamento do parque. Por outro lado, a 23 de Agosto do ano seguinte, entraram em vigor as primeiras restrições previstas, quais sejam:

a) Na metade nascente da área de Proteção Total (cerca de 0,5 km e 2,5 Km de linha de costa) é restringida a pesca com

covos (armadilhas) e toneiras (linhas) a uma distância superior a 200 metros da linha da costa.

Ao realizar as delimitações do parque marinho não foi ponderado o modo de trabalho dos pescadores locais, gerando conflitos sociais e econômicos na região. Em Sesimbra, os pescadores, com embarcações até 7 metros têm, na sua maioria, os moluscos como espécies-alvo. Estes são apanhados através dos covos, toneiras e piteiras. Ao considerar as capturas totais da pescaria em estudo, verifica-se que o grupo dos cefalópodes é o mais capturado, seguindo-se os peixes e outras espécies. Dos 31 entrevistados, 22 utilizam covos e 9 empregam outras artes para a pesca.

Segundo dados do INE, no total da pesca descarregada no Porto de Sesimbra em 2007, das 14.970 toneladas, os moluscos representam 1002 toneladas, cerca de 6,6% da totalidade do pescado descarregado no Porto (INE, 2008). Leva-se em consideração, que o porto de abrigo de Sesimbra abrange a descarga de outros portos, como o da Doca de Lisboa, Costa da Caparica, Trafaria, Fonte da Telha, Barreiro, Montijo, Seixal e Alcochete.

Todavia, segundo Cabral (2008), comparativamente às diferenças entre capturas efetuadas a distâncias inferiores ou superiores a 200 m da costa, regista-se um maior número de espécies nas capturas das zonas mais afastadas. Isso significa, na opinião dos pescadores, uma ameaça à pesca com aquelas artes. Para além da diversidade de animais à distância superior a sete metros, os animais menores são apanhados, sobretudo, nos locais próximos da costa, sendo o peso médio por indivíduo capturado a menos de 200 m da linha de costa muito próximo de 750g, ou seja, abaixo do peso permitido por lei. Nas zonas mais afastadas o peso médio por indivíduo é, em geral, superior a 1200g (Cabral, H., et al, 2008).

b) Na área de Proteção Parcial entre o Portinho da Arrábida e a Figueirinha (cerca de 1.8 km), não será praticada qualquer pesca.

Como dito em parágrafos anteriores, o regime transitório prolonga-se até 2009 permitindo que as restrições entrassem em vigor de forma faseada, conforme dados do Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade:

Até 23 de Agosto de 2007:

(Área de proteção total a poente de Barbas de Cavallo e nas áreas de proteção parcial exceto do Portinho da Arrábida)

- É permitida a pesca á linha e com armadilhas desde a linha da costa.

- É permitida a pesca com redes de emalhar a mais de de milha da costa.

Até 23 de Agosto de 2008:

(Área de proteção total a nascente de Barbas de Cavallo)

-É permitida a pesca com toneira e covos a mais de 200 metros da costa.

Até 23 de Agosto de 2009:

(Área de proteção total a poente das Barbas de Cavallo)

-É permitida a pesca com toneira e covos a mais de 200 metros da costa. Os objetivos do parque estão comprometidos em razão da discordância dos pescadores no que e refere às restrições impostas:

No caso da Área Marinha do PNA têm-se verificado fortes contestações desde a entrada em vigor do seu regulamento,

nomeadamente por parte da comunidade piscatória e da pesca de recreio, cujas atividades são diretamente afetadas pela criação do Regulamento (CE) nº 850/98, do Conselho, de 30 de Março de 1998, e Portaria nº27/2001, de 15 de Janeiro. (Fonte: Portal do ICNB – <http://portal.icn.pt/ICNPortal/vPT2007>. Consultado Janeiro de 2009).

Os pescadores estão habituados a recorrer às suas próprias experiências e conhecimento do mar, repassado através de gerações. Por isso, resistem em adaptar-se aos modelos de pesca impostos subitamente, haja vista que para eles o mar respeita um movimento, um ciclo natural, que fez com que a criação de artes da pesca tenha sido adaptada a cada espécie, o que inclui o local onde estas podem ser encontradas.

A dificuldade de adaptação dos pescadores à nova realidade imposta pelo parque propiciou a incidência de conflitos, principalmente pela sobreposição dos limites sobre seu território de trabalho. Parte daqui a importância de uma revisão política do parque voltada para uma dinâmica de informação e gestão compartilhada.

Sesimbra e o Parque Marinho Luiz Saldanha: o conhecimento Local e as unidades de conservação.

De acordo com relatos dos pescadores artesanais da região, tem-se sentido uma significativa diminuição no número de espécies capturadas localmente, seja pela poluição, seja pela sobrepesca, seja ainda pela pesca fora da época regulamentar. A situação foi particularmente notada no ano de 2008, na qual foi apreciável a ausência de diversas espécies. Um dos exemplos que melhor ilustram essa escassez é o do *biqueirão*, espécie que há muitos anos desapareceu da costa sesimbrense.

Com estas perdas os pescadores mostram indignação por não estarem a par das mudanças que ocorrem nas pescas, pois, apesar de saberem que as dificuldades aumentam ao longo dos anos, não conhecem as suas causas, nem as formas de contornar o problema:

“Isto para, mais uma vez, acentuar o nosso desapontamento pela ignorância dos governantes das pescas, ao não nos demonstrarem a razão porque esta espécie (uma das mais abundantes na nossa costa) ter desaparecido e com ele o empobrecimento dos pescadores e da economia local. Até parece que estão interessados na extinção das pescas nacionais, num país com um grande litoral reprodutivo de excelentes espécies de peixe!” (Jornal Local O SESIMBRENSE, Janeiro de 2009: 9).

Apesar de haver um conhecimento tradicional local sobre o reconhecimento do território marinho e das espécies capturadas, assim como seu ciclo de vida, fenômenos externos que acarretam modificações no cotidiano pesqueiro, como é o caso da extinção de certas espécies (seja pela sobrepesca de navios estrangeiros ou poluição), fogem da intuição e do saber passado através de gerações.

Diante do conflito gerado pela ausência de comunicação entre as partes envolvidas - pescadores e os gestores do parque marinho- manifesta-se a necessidade de integrar o pescador nas tomadas de decisões relativas à pesca. O conhecimento desse profissional do mar pode, em muito, colaborar para a formulação de uma gestão sustentável no sector da pesca artesanal. Para Fournier & Castro Panizza, estabelecer uma relação integrada entre o meio natural e a sociedade pode assegurar um melhor resultado, no que tange à instalação de áreas protegidas, pois além de proteger as espécies e os ecossistemas, essas zonas podem favorecer a economia local. Entretanto, caso não haja essa interação entre os projetos

propostos e os grupos sociais diretamente envolvidos, o efeito pode ser contrário, alimentando a indignação desse grupo pela falta de informação, e o patente desinteresse por parte do Estado. (Fournier & Castro Panizza, 2003)

No exercício de sua profissão, “nem o mar nem os pescadores artesanais são vistos como entes separados, criaturas que se opõem dicotomicamente” (Ramalho, 2006:147). Por isso, a consulta ao conhecimento dos pescadores na criação de projetos seja ambiental, sejam sociais, resulta como uma ação essencial na construção de uma nova política de pesca participativa, que integre o poder público, os pescadores e a sociedade civil, e todos os interessados no desenvolvimento sustentável da atividade piscatória artesanal.

Perante o que pôde ser avaliado pelas entrevistas, para os profissionais da pesca as imposições restritivas não resultam em melhorias para o setor artesanal. Apesar dessas embarcações, com comprimento de até 7 metros fora a fora, terem a permissão de pescar nas proximidades do parque, essas instalações aparecem como um ameaça:

“quero estar ali com a minha família, mas não posso. Eu que sou pescador e vivo aqui. Para lazer, outras pessoas podem estar. Põe abaixo os pequenos. Se quer colocar abaixo tudo isso, avisa e pague, e deixa só para o turismo”. (Senhor José, 56 anos).

Nessa fala pode-se apreciar o significado que o mar tem para os pescadores, onde um dos fatores de indignação para com o parque deve-se à demarcação do mar, que para eles é simbolicamente ilimitada. Estes profissionais têm intrinsecamente uma cultura de liberdade dentro do mar, e a imposição de restrições os afasta dessa relação de infinitude marítima.

A marcação e territorialidade do mar, para os pescadores, dependem do limite que lhes dita a natureza, sendo uma divisão consuetudinária que cada grupo pesqueiro opera nos mares, que incide na chamada “capacidade cognitiva dos pescadores” (Gell, 1985; Frake, 1985; Gladwin, 1970 apud Maldonado, 2000). Eles mesmos, através da incorporação com o mar e respectivos fluxos naturais, percebem a divisão tênue e inconstante que existe nele, para verificar onde estão os pontos de maior abundância de pescado, fazendo parte da cultura pesqueira:

“Os pescadores universalmente se inserem também numa relação com o espaço em que a indivisão é sem dúvida um dos conceitos com que se deparam no trabalho. Existe, contudo, uma diferença fundamental entre a indivisão da terra e a indivisão do mar: na terra, quando isso ocorre é por um desejo ou por um cálculo do homem, por um interesse de sociedade que constrói essa indivisão, se se quer num ato consciente que, por certo, lhe parecerá o mecanismo mais apropriado à sua lida com a terra, à própria reprodução da vida; no mar, os termos são outros por esse meio indiviso em si, sendo raras e pouco duradouras as tentativas feita pela sociedade humana de criar formas contínuas de posse e usufruto marinho”. (MALDONADO, 2000:61)

Dentro da comunidade de pescadores, esse conhecimento do território viabiliza as representações de cada um desses trabalhadores, de certa forma como uma hierarquia, tanto que essa responsabilidade fica a cargo do mestre: “*o mestre é aquele que vê onde é que estão os bancos, ele tem olho pro radar. Ele é que tem conhecimento para ver onde está o peixe. Ele manobra a embarcação. Poucos não são donos de barco*” (Senhor José, 64 anos).

No início do século XX, entre 1902 e 1912, através da Expedição Cambridge, realizou-se o primeiro estudo interdisciplinar

de um grupo tradicional de pesca, o Estreito de Torres, que fica entre a Nova Guiné e a Costa Nordeste da Austrália. (*apud* MALDONADO, 1994:105). Segundo o que consta nos relatórios dos antropólogos, estes ficaram impressionados com o conhecimento dos pescadores da região:

“Os nativos dedicam marcada atenção aos traços e acidentes geográficos, sendo capazes de fazer mapas e de representar geograficamente as características essenciais das ilhas de memória. Tais capacidades explicam sua náutica e suas condições de viver da pesca”. (CORDELL, *apud* MALDONADO, 1994:106)

Esse saber do pescador, que é adquirido através da sua observação e experimentação, faz do mar, em Torres ou em qualquer outra cultura marítima do mundo, não uma propriedade do pescador, mas uma ferramenta, um meio de sobrevivência em que devem ser respeitados os limites naturais das águas e ventos, como o ritmo das marés que particularmente o mestre sabe interpretar.

Diante desse contexto de território e marcação, a sublevação dos pescadores face ao Parque Marinho Luiz Saldanha, deve-se principalmente, por este delimitar um espaço em que os pescadores têm conhecimento profundo, e por contrapartida não foram consultados sobre a elaboração do projeto, tão pouco houve um maior esclarecimento sobre a criação do parque marinho, causando imenso fervor na comunidade piscatória de Sesimbra.

Esta questão da mobilidade, também está intrinsecamente relacionada ao manejo das artes da pesca. As artes igualmente são distribuídas ante a situação do mar e qual espécie pode ser apanhada com as determinadas previsões marítimas. A captura do polvo, por exemplo, é mais proveitosa em regiões mais afastadas, não tão próximas à praia, pois se corre o risco de apanhar o animal ainda na fase juvenil. (Cabral, H., et al., 2008). O fato de impor o

redirecionamento das artes por força das restrições do parque move a frustrações dos pescadores da mesma forma que as demarcações marítimas:

“Eles acham que se limitam a pesca de um lado, a gente pode se defender, porque temos muitas artes. Mas não tem peixe nem pra isso. Lá no parque tem peixe de toda qualidade, mas não podemos pescar”. (Senhor José, 56 anos).

Apesar da suposta flexibilização nas artes, como na pesca polivalente, os pescadores não estão dispostos a substituírem suas artes, pois são instrumentos tradicionais que só a natureza vai poder dizer quando elas devem ou não ser manejadas. Além disso, quando se impede que uma arte seja utilizada, muitos pescadores acabam por usar a mesma, criando conflito na própria comunidade piscatória:

“Para mim o que tinha que mudar na pesca era as regras para se trabalhar. E cada embarcação com um número “x” de artes. Porque usam muitos covos. Quando a gente chega lá, têm tantos que não dá nem para contar” (Senhor Manuel, 56 anos).

A criação de unidades de conservação é de suma importância para a preservação de algumas espécies, e muitas vezes a única saída que não sejam extintas. De acordo com dados do Relatório do Projecto Biomares⁵, vinculado ao Instituto de Conservação da Natureza (ICNB), após a instalação do Parque Marinho Luiz Saldanha, foi possível catalogar 220 novas espécies na região, o que significa um avanço positivo no que tange à preservação de animais marinhos. Contudo, as comunidades pesqueiras, que também têm interesse na preservação das mesmas,

⁵ http://www.projeto biomares.com/wp-content/uploads/2011/12/relatorio_leigos.pdf

devem estar incluídas no planejamento dessas unidades. Com base nos dados coletados através das entrevistas, a insatisfação dos pescadores dá-se principalmente pela banalização do seu conhecimento acerca do ambiente, que faz parte de sua atividade profissional.

A utilização de conhecimento tradicional local (TEK – Traditional Ecological Knowledge), para a solução de conflitos, como nesse caso entre os pescadores de Sesimbra e os gestores de uma unidade de conservação, deve reconhecer as especificidades de saberes como forma de impulsionar arranjos institucionais baseados na gestão participativa. Ou seja, como forma de inserção da comunidade na formulação e implementação de políticas de pesca.

Sesimbra hoje conta com um projeto que teve início em outubro de 2008, chamado Margov⁶, Governância Colaborativa de Área Marinhas Protegidas cujo principal objetivo é dar impulso à gestão participativa na região. O projeto ainda está em fase de desenvolvimento junto à comunidade de pesca, e áreas protegidas.

Considerações Finais

Este trabalho teve como prioridade entender as políticas de pesca no contexto português, focando os reflexos dessas políticas na Vila de pescadores de Sesimbra. Para além da legislação europeia para a pesca, as políticas locais refletem uma falta de diálogo entre seus stakeholders. Isso pôde ser constatado através dos conflitos gerados pelo Parque Marinho Luiz Saldanha, bem como pela fala dos pescadores, que tinham pouco conhecimento do que se tratava a unidade de conservação instalada a poucos quilômetros do porto de pesca.

⁶ <http://margov.isegi.unl.pt/>

A realidade da pesca descrita neste artigo precisa ser vista como um alerta ao futuro da atividade pesqueira. Ao identificar os diversos elementos que contextualizam esses conflitos, entre os pescadores e gestores, foi possível observar a importância de uma gestão comunitária, onde haja uma comunicação entre as partes envolvidas.

O ponto central foi verificar como as políticas de pesca se revelam para os pescadores, que com a atividade pesqueira se identificam, e dela sobrevivem. Em Sesimbra, percebeu-se uma falta de integração entre o Estado e a sociedade. Políticas foram desenvolvidas em um modelo unilateral. Ou seja, deliberadas pelo poder público sem consulta popular, o que trouxe conflitos e ineficácia social, como foi o caso da criação do Parque Marinho Luiz Saldanha.

De acordo com Seixas, de fato o envolvimento de pescadores e outros usuários na gestão dos recursos estão sendo recomendadas por diversos cientistas e gestores para diferentes arranjos (SEIXAS, 2009). As implicações de uma gestão convencional unilateral na área das pescas na maioria das vezes geram insatisfação para ambas as partes, gestor e pescador.

Dessa forma propõe-se que sejam criados fóruns de discussão junto aos gestores das unidades de conservação; incentivo à gestão integrada da pesca por parte do governo; organização política da comunidade local; capacitação recursos humanos locais para multiplicarem e manterem as atividades de Educação Ambiental e para a Investigação e Monitoramento dos Recursos Marinhos.

Dentro dessas propostas é importante compreender que as comunidades pesqueiras de Portugal têm dificuldades de adaptação a novas tecnologias, imposição de novos métodos de pesca, que não

os tradicionais. Observa-se que essa atividade está amparada basicamente pela tradição, e cultura que foi, e continua, sendo desenvolvida por muitas gerações de pescadores daquela região. Por isso a relevância de uma gestão que entenda essas peculiaridades, e junto com esses pescadores construa novas perspectivas para a pesca.

Um último elemento a ser mencionado é a noção de espaço e território identificado como conhecimento ecológico local/conhecimento tradicional local. O reconhecimento e utilização desses saberes de marcação enquanto manifestações culturais e consolidação da integração popular na formulação de políticas de pesca. Isso serve não apenas como uma prática de estudo e uso desses saberes, o que também é válido, mas como uma forma de gerir os conflitos que possam surgir da falta de compreensão, e o sentimento de desvalorização de uma atividade que representa a própria identificação cultural da população local.

Referência Bibliográfica

BAIRD, I.G. 2006 (In Press). Local ecological knowledge and small-scale freshwater fisheries management in the Mekong River in southern Laos. In: Haggan, N., B. Neis and I.G. Baird (Eds.), *Fishers knowledge in fisheries science and management*, UNESCO, Paris, France

CASCUDO, L. C. (2002) *Jangada, uma pesquisa etnográfica*. 2ª edição. Global editora e distribuidora: São Paulo.

CASTELLO, J. P. (2007). Gestão sustentável dos recursos pesqueiros, isto é realmente possível? *Pan-American Journal of Aquatic Sciences* 2(1): 47-52.

CERDEIRA, R. G. P.; Camargo, Serguei Franco de (2007). *Gestão Participativa da Pesca na Região do Maicá, em Santarém/PA: Reflexões jurídicas e Ambientais*. In: XVI Congresso Nacional do CONPEDI, 2007, Belo Horizonte. *Anais do XVI Congresso Nacional do CONPEDI*.

CHORÃO, M. J. M. B.. Org.(2001). Forais de Sesimbra: Memórias de um concelho. Câmara Municipal de Sesimbra

COMUNIDADE EUROPEIAS (2004). Código Europeu de Boas Práticas para uma pesca sustentável e responsável. http://ec.europa.eu/fisheries/publications/code_pt.pdf

CRUZ, M. A. (1966), Pesca e pescadores em Sesimbra. Fundação Calouste Gulbenkan. Lisboa.

EASTON, D. (1965). A Framework for Political Analysis. Prentice Hall: Englewood Cliffs.

EVANS-PRITCHARD, E.E. (1972) Antropologia Social. Coleção Perspectivas do Homem. Edições 70. Lisboa

FAO, (1995). Code of Conduct for Responsible Fisheries. Roma.

GAPR, 2007. Pesca em Sesimbra um sector. Outubro. Gabinete de Apoio à Pesca e Ruralidade.

INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA – ICN – (2004) Avaliação da proposta de plano de ordenamento do parque natural da arrábida- vol. II - componente parque marinho luiz saldanha. Lisboa.

LAPA, A. (1954). Sesimbra a Piscosa. Separata do Boletim de Pesca. Nº45. Casa dos Pescadores de Sesimbra. Lisboa.

MALDONADO, S. C. (1994). Mestre e mares. Espaço e divisões na pesca marítima. 2ª Edição. Ed. Annablume: São Paulo.

___ (2000). A caminho das pedras: percepção e utilização do espaço na pesca simples. In: Diegues, António Carlos (org). A imagem das águas. Editora Hucitec. São Paulo.

MAUSS, M. (1993). Manual de etnografia. Publicações Dom Quixote. Lisboa.

MEDEIROS, R. (2006). Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. Ambient. soc., Campinas, v. 9, n. 1, Jun. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414753X2006000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 jan. 2009. doi: 10.1590/S1414-753X2006000100003

MINAYO, M. C. (org). (2007). Pesquisa Social Teoria, Método e Criatividade. Coleção Temas Sociais. 26ª Edição. Ed. Vozes:RJ

MOTA, A. e MARTELO, J. (2005). Pescadores do mar muito. Testemunhos de Ângelo Sobral Farinha. Publicações Folhas D' Hera: Sesimbra

MOUREIRINHAS, M. L. F. (1998). Solidariedade e sobrevivência na Ria de Aveiro. Os pescadores do chinchorro da torreira. Câmara Municipal de Murtosa. Aveiro.

MOURÃO, F. A. A. (2003). Os pescadores do litoral sul de São Paulo. Um estudo da sociologia diferencial. Ed. HUCITEC NUPAUB/CEC: São Paulo.

PLANO ESTRATÉGICO NACIONAL DE PESCAS – PEN PESCA 2007-2013. Ministério do Desenvolvimento Regional e das Pescas – Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura.

PNUD. 2006. Gestão da pesca precisa ouvir pescadores. Experiências de projeto do IBAMA na várzea amazônica mostram que a imposição de regras aos ribeirinhos não funciona e gera conflitos. Notícia PNUD. Reportagem de 05/12/2005. Disponível em: www.pnud.org.br/meio_ambiente/reportagens/index.php?id01=1643&lay=mam# [Acesso em 29 jan. 2009]

RAMALHO, C. W. (2006). Ah, esse povo do mar! Um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana. Ceres – Centro de estudos rurais IFCH – UNICAMP. Ed. Polis: São Paulo.

_____. Artesãos do mar na praia de Suape, PE. (2006). VII Congresso de Sociologia Rural. GT 27. A Pesca em áreas rurais, sustentabilidade sócio-política e ambiental. Quito, Equador. 20-24 de Novembro.

_____. O mundo das águas e seus laços de pertencimento. (2004) In: Raízes, Revista de Ciências Sociais e Econômicas. Campina Grande. V.23 nº 01 e 02, p. 62-72. Dezembro.

RAMOS, M. J. (1982). Santiago de Sesimbra. Trabalho de monografia em Antropologia. Iscte. Lisboa.

ROUÉ, M. Novas perspectivas em Etnoecologia “Saberes Tradicionais” e Gestão de Recursos. in Etnoconservação, novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. Organizador Antonio Carlos Diegues. São Paulo. NUPAUB-USP, 2000

SILVA, L. G. (2001) A faina, a festa e o rito. Uma etnografia histórica sobre os agentes do mar. (sécs XVII ao XIX). (Coleção Textos do Tempo). Papirus: Campinas. São Paulo.

SIMÕES, V. C. (1998), O processo de Globalização: implicações para Portugal. In: Globalização de documentos de suporte ao parecer "Globalização - Implicações para o Desenvolvimento Sustentável". Conselho Económico e Social: Lisboa. pp. 5-32.

SOUTO, H. (1991). A pesca artesanal em Portugal no novo contexto comunitário: o caso Peniche. Instituto Nacional de Investigação Científica Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional Universidade Nova de Lisboa: Lisboa.

___ (1998). Comunidade de pesca artesanal na costa portuguesa: estudo geográfico. Dissertação de doutorado Universidade Nova de Lisboa: Lisboa

___ (2007). Comunidades de pesca artesanal na costa portuguesa na última década do século XX. Academia de Marinha: Lisboa.

WISE, M. (1994). The common fisheries policy of the european community. Methuen. London and New York.

Artigo recebido em 15/08/2011

Artigo aceito em 10/12/2011